epad

Escola Profissional
de Artes, Tecnologias
e Desporto

Projeto Educativo

Versão 2025/2028

Revisão 1

- Acreditamos numa escola que valorize tanto o desenvolvimento individual como a convivência social, permitindo que cada pessoa revele o seu potencial. Através da descoberta do “eu” que existe em cada um, queremos fortalecer a inteligência coletiva, o espírito cívico e um verdadeiro sentido de pertença, ativo e inclusivo.

- Contamos com a participação de todos os intervenientes da comunidade educativa na consolidação deste projeto — a EPAD —, sustentado num espírito de colaboração e trabalho em rede.

Índice

1 Introdução 5
2 Fundamentação do Projeto 6
2.1 Enquadramento Legal 6
3 Apresentação da Escola 8
3.1 Enquadramento Conceptual do Projeto Educativo 8
3.2 A Construção do Projeto Educativo 8
3.3 História da Escola Profissional de Artes, Tecnologias e Desporto 9
4 Caracterização Contextual 11
4.1 Caracterização do meio envolvente 11
4.2 Espaço Físico 11
4.3 Recursos Humanos 13
4.4 Seleção e Recrutamento 13
4.5 Avaliação de Desempenho 13
5 Oferta Educativa 14
5.1 Destinatários 14
5.2 Cursos 14
5.3 Missão e Visão 15
5.4 Política da Qualidade 17
5.5 Princípios e Valores 18
5.6 Cidadania e Desenvolvimento 19
5.7 Educação Inclusiva 22
5.8 Perfil dos alunos 22
6 Autoavaliação | Diagnóstico estratégico 24
7 Objetivos Gerais 27
7.1 Objetivos de âmbito pedagógico 27
7.2 Objetivos de âmbito institucional e relacional 27
7.3 Objetivos de âmbito administrativo e financeiro 28
7.4 Objetivos de âmbito estrutural 28
8 Metas e Indicadores 29
8.1 Sucesso escolar e abandono escolar 29
8.2 Empregabilidade 30
8.3 Articulação curricular 30
8.4 Gestão de equipamentos e recursos físicos 31
8.5 Valorização do mérito e da excelência das aprendizagens 31
8.6 Envolvimento dos Pais e Encarregados de Educação no processo de ensino-aprendizagem 32
9 Estratégias de Desenvolvimento 33

9.1 Definição de prioridades e estratégias 33
9.2 Linhas de ação | campos de atuação 34
9.3 Redes, parcerias e protocolos 35
9.4 Operacionalização anual do Projeto Educativo 36
a) Plano Anual de Atividades 36
b) Monitorização do PAA 36
9.5 Organização Pedagógica 37
a) Processos de Monitorização 37
b) Organização Curricular e Avaliação 37
c) Mecanismos de Recuperação 38
9.6 Serviços de Apoio Educativo 38
10 Divulgação do Projeto Educativo 41
11 Avaliação do Projeto Educativo 42
12 Disposições Finais 43

1 Introdução

O Projeto Educativo é um "instrumento de planeamento de ação educativa duma escola, é o documento que define a identidade da instituição. Nele estão lavradas a orientação educativa, as linhas de ação da organização funcional do processo de ensino e aprendizagem, os princípios e valores a defender e as metas educativas a atingir. Assume-se assim como o quadro de referência no qual se revê toda a comunidade educativa."

João Formosinho

A escola, enquanto sistema, implica o cruzamento de diferentes realidades sociais, culturais, educacionais e cívicas e, por conseguinte, torna-se imperativa uma visão integrada e integradora de realidades estruturais, funcionais, materiais, humanas, didáticas e pedagógica, que providencie uma melhoria dos serviços por nós prestados à comunidade em que nos integramos.

Tendo em consideração a emergência de dinâmicas variadas no campo da educação, a EPAD concebeu o seu Projeto Educativo com a participação e responsabilização de todos os elementos da comunidade educativa, apresentando-se como um projeto dinâmico e um importante instrumento de reflexão, bem como mais um dos meios através dos quais poderemos aferir metas educativas.

Este documento partiu da análise dos relatórios de autoavaliação da escola e dos resultados aí apresentados, de modo a identificar os pontos fortes e fracos, os resultados obtidos e sua evolução, para que as metas apresentadas pudessem ser exequíveis.

Ao nível da elaboração do documento foi constituída uma equipa de trabalho para revisão e atualização dos desafios e ações a empreender e a apresentar a debate pela comunidade. Ao nível da definição dos objetivos, metas e indicadores de resultado, foram feitas reuniões para discussão, validação e aprovação.

Pretende-se ainda seguir uma gestão e decisão democráticas em permanente articulação com todos os agentes educativos da comunidade escolar, tendo sempre como objetivo orientar e conduzir a ação educativa, alicerçados na premissa estratégica da partilha de experiências.

Face ao exposto, este Projeto Educativo assume-se como um documento de caráter institucional e que constitui os alicerces fundamentais do processo de ensino-aprendizagem que pautam a atuação da nossa instituição, nomeadamente a apresentação e explicitação da nossa missão, visão, objetivos e estratégias que orientam a ação educativa num contexto de autonomia de gestão que nos rege.

2 Fundamentação do Projeto

2.1 Enquadramento Legal

A existência de um Projeto Educativo proporciona à escola uma crescente autonomia, tanto na sua gestão como na sua administração, favorecendo e consolidando a sua integração no tecido social e económico onde se insere pela sua especificidade.

O projeto educativo foi desenvolvido tendo como referência as disposições gerais do estatuto das Escolas Profissionais, Decreto-Lei n.º 92/2014, bem como disposições específicas sobre a autonomia de funcionamento.

O Decreto-Lei n.º 43/89, de 3 de fevereiro, define o princípio de que *"a autonomia da escola concretiza-se na elaboração de um projeto educativo próprio, constituído e executado de forma participada, dentro de princípios de responsabilização dos vários intervenientes na vida escolar e de adequação a características e recursos da escola e às solicitações e apoios da comunidade em que se insere."*. Uma definição mais clara de Projeto Educativo surge com o Despacho n.º 113/ME/93, de 23 de junho, no qual se assinala que "(...) *o projeto educativo da escola é um instrumento aglutinador e orientador da ação educativa que esclarece as finalidades e funções da escola, inventaria os problemas e os modos possíveis da sua resolução, pensa os recursos disponíveis e aqueles que podem ser mobilizados. Resultante de uma dinâmica participativa e integrativa, o projeto educativo permeia a educação enquanto processo racional e local e procura mobilizar todos os elementos da comunidade educativa, assumindo-se como o rosto visível da especificidade e autonomia da organização escolar."*.

Já o Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, concebe o Projeto Educativo como sendo *"(…) o documento que consagra a orientação educativa da escola, elaborado e aprovado pelos seus órgãos de administração e gestão para um horizonte de três anos, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais a escola se propõe cumprir a sua função educativa…*".

Com a aprovação do Decreto-Lei n.º 26/89, que criou o modelo das escolas profissionais, foram reunidas as condições legislativas necessárias para o surgimento de instituições escolares projetadas para responder aos novos desafios e exigências impostas pelas modificações estruturais no mundo do trabalho, tanto na qualificação do pessoal como na qualidade do trabalho a prestar, que exigem uma maior e melhor preparação e polivalência dos recursos humanos.

Neste pressuposto, foi publicado o Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, que constitui o quadro teórico-conceptual de legitimação do Projeto Educativo das escolas, ao atribuir ao órgão pedagógico a elaboração da proposta do projeto educativo que será posteriormente submetido à Direção da escola.

Para além do enquadramento normativo, o presente documento tem também subjacente, na sua elaboração, a legislação mais recente: o Despacho n.º 6478/2017, 26 de julho, – Perfil dos Alunos à

Saída da Escolaridade Obrigatória, que se afirma como um documento de referência para todo o Sistema Educativo; A resolução do Conselho de Ministros n.º 127/2025, de 29 de agosto, que aprovou a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC), enquanto referencial da componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento, – o Decreto-Lei n.º 54/2018 de 6 de julho – Educação Inclusiva; o Decreto-Lei n.º 55/2018, de 06 de julho, Currículo Ensino Básico e Secundário, não esquecendo a Portaria n.º 235ª/2018, 23 de agosto, que regulamenta os cursos profissionais de nível secundário de dupla certificação escolar e profissional.

Trata-se, pois, de um novo modelo de gestão que pretende reduzir a centralidade das decisões, transferindo a responsabilidade de localizar na escola o núcleo central da qualificação e requalificação da educação, numa expetativa social coadunada com as exigências da sociedade e do tecido empresarial que serve.

Estes são, portanto, os diplomas legais que justificam e flanqueiam o projeto educativo da escola que assume, deste modo, a crescente responsabilidade de chamar a si a criação de um processo de estrutura organizacional, e uma maior intervenção pedagógica e curricular.

Contudo, o Projeto Educativo da EPAD não se esgota na prioridade de contribuir para a formação de técnicos qualificados em diversas áreas, mas ultrapassa este desígnio contribuindo fortemente para a educação de jovens de forma integral. Assim, é fundamental para a EPAD que os seus alunos adquiram um leque de competências essenciais não só na sua formação técnica mas, também, na sua formação como cidadãos e pessoas. Como tal, pretende-se que estes adquiram uma sólida formação inicial que contemple a aquisição, o aprofundamento e domínio de conhecimentos, competências e atitudes, para que venham a atingir níveis de excelência, quer como pessoas, quer como cidadãos, quer como técnicos.

3 Apresentação da Escola

O Projeto Educativo da EPAD pretende promover os níveis de qualificação de educação e formação, alinhados com os desígnios internacionais, nacionais e regionais, reforçando a ligação com as dinâmicas do mercado de trabalho e a necessidade de respostas formativas para técnicos, com referencial de competências e de formação associados a qualificações de nível 4 do Quadro Nacional de Qualificações (QNQ), assim como o nível 5 do Quadro Nacional de Qualificações (QNQ), através do nível de qualificação conferido pela conclusão de um CET (Curso de Especialização Tecnológica).

A natureza dos CET, enquanto modalidade de formação de dupla certificação de nível pós-secundário não superior, visa conferir uma qualificação com base em formação técnica especializada, tal como previsto no Regime Jurídico do Sistema Nacional de Qualificações, aprovado pelo Decreto- n.º 39/2022, de 31 de maio, e pela Portaria n.º 206/2022, de 19 de agosto.

3.1 Enquadramento Conceptual do Projeto Educativo

A EPAD compreende o Projeto Educativo como uma ferramenta de gestão na qual estão definidas as linhas orientadoras da ação educativa e as metas a serem atingidas, com a participação e envolvimento de todos os agentes da comunidade educativa. O Projeto Educativo define, desta forma, o que a EPAD, enquanto instituição autónoma, pretende ser e os procedimentos a adotar para realizar os objetivos propostos, tanto do ponto vista legal como funcional, esclarecendo a sua planificação organizacional e estratégica em termos operatórios.

No presente Projeto Educativo encontram-se explicadas as prioridades educativas, o modelo de atuação, o plano de organização dos recursos materiais e humanos, constituindo assim um ponto de referência de gestão da própria instituição. Este projeto pretende-se aberto e dinâmico**,** afirmando os valores, as políticas e os objetivos da nossa escola.

Para tal, torna-se imperativo fazer a matriz conceptual da atuação da EPAD na área da educação profissional, tendo como referência a ligação com o meio socioeconómico onde se encontra inserida a escola, tentando dar resposta às suas necessidades, sem descurar as expetativas dos alunos que optam por enveredar por uma via profissionalizante.

Reforça-se o facto de o Projeto Educativo ser, desde o início da sua conceção, fator de mobilização por parte de todos os elementos da comunidade educativa.

3.2 A Construção do Projeto Educativo

No cumprimento do estipulado na legislação em vigor, numa fase preliminar foi constituída a equipa multidisciplinar que levou a efeito a construção deste Projeto Educativo, tendo sido garantidos os

princípios de coerência entre os diferentes elementos para o percurso metodológico a adotar. O consenso estabeleceu-se em torno dos seguintes propósitos:

- A elaboração do projeto ser participada, no sentido da construção de uma identidade consensual, implicando os diferentes agentes educativos;
- O documento reunir os interesses comuns numa intenção-base de responsabilização assumida;
- O documento ser um instrumento ativador da intervenção;
- O documento funcionar como quadro de referência para todos os elementos da comunidade educativa;
- O documento funcionar como um *rosto*, capaz de definir o que somos e o que pretendemos ser.

A equipa multidisciplinar definiu uma estratégia de ação, no sentido de possibilitar que toda a comunidade escolar se envolvesse na construção do projeto. Este processo foi suportado por uma recolha de informação junto da comunidade interna e externa: recolha de inquéritos (a alunos, corpo docente, corpo não docente e Encarregados de Educação) e espelhado em relatórios estatísticos que objetivaram a elaboração do diagnóstico estratégico sobre o funcionamento da escola, com vista ao apuramento de mecanismos de autoavaliação de controlo e de melhoria contínua.

Numa etapa posterior, foi elaborada a redação final do documento, à qual se seguiu a fase de aprovação onde o mesmo foi proposto para discussão e aprovação pela Direção Pedagógica.

Para a fase de divulgação do Projeto Educativo, foram utilizados os meios que julgamos mais adequados: colocação *online*; edição impressa para distribuição e arquivo nos respetivos grupos disciplinares e ações públicas de divulgação.

Nesta fase de divulgação importa referir que a EPAD possui um Plano de Marketing e de Comunicação que visa mostrar os potenciais da escola tendo em vista aumentar a procura e divulgar os percursos formativos que a escola dispõe. Neste âmbito, o Plano de Marketing e de Comunicação contempla mecanismos de comunicação, equipas de divulgação e estratégias de promoção da escola no exterior, o que se constitui como uma mais-valia para a divulgação das principais linhas orientadoras deste nosso projeto.

3.3 História da Escola Profissional de Artes, Tecnologias e Desporto

A EPAD foi criada em 2005, por Contrato-Programa com o Ministério da Educação, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 26/89, de 21 de janeiro, com a 'Autorização Prévia de Funcionamento' com data de 7 de junho.

É uma instituição que tem 20 anos e que proporciona atualmente uma oferta formativa diversificada que abrange áreas que vão desde o âmbito das artes, ao desporto ou áreas ligadas às novas tecnologias e ciências sociais ou humanas.

O segredo do crescimento e sucesso da nossa escola deve-se, sobretudo:

- Ao trabalho desenvolvido por toda a equipa que a constitui, com o apoio da Direção – desde o corpo docente, direção pedagógica e serviços administrativos;
- À nossa política de educação que assenta numa constante procura de inovação no ensino;
- À aposta na continua formação profissionalizante dos alunos, quer através dos métodos de ensino, quer das atividades extracurriculares e projetos em que estes se inserem;
- À criação de espaços de interação de pessoas e trabalho em equipa, no sentido de promover uma cultura organizacional de confiança, compromisso e responsabilidade partilhada nos planos pessoal e profissional;
- À gestão curricular adaptada às novas necessidades de formação e criação de emprego, reforçando cada vez mais a noção de escola inclusiva;
- Ao desenvolvimento de programas e atividades diferenciadas de orientação e acompanhamento dos alunos nos quais eles possam desenvolver competências, de forma autónoma e criativa;
- À dinamização de projetos e atividades nas áreas da informação e das novas tecnologias de informação e comunicação, das ciências e das artes e do desporto;
- À educação para a cidadania, incentivando a formação integral dos alunos, sendo a cultura de aprendizagem e colaboração, promovendo formação contínua contextualizada para responder às exigências de um mundo cada vez mais complexo;
- Ao envolvimento dos Pais e Encarregados de Educação, da Autarquia e dos diversos organismos de caráter cultural, social ou outros, de forma a valorizar o contributo de todos no desenvolvimento de projetos benéficos para a comunidade educativa e para o meio envolvente;
- À utilização de mecanismos de regulação e reflexão sobre as práticas de ensino aprendizagem de forma a promover uma cultura de permanente questionamento, análise e avaliação;
- Ao trabalho de equipa que visa responder à diversidade das necessidades e potencialidades de todos e de cada um dos alunos, através do aumento da participação nos processos de aprendizagem e na vida da comunidade educativa;
- Ao trabalho desenvolvido pela equipa multidisciplinar, composta por docentes, psicólogos e técnica de educação especial no sentido de identificar as dificuldades dos alunos de modo a definir estratégias para as colmatar;
- O apoio Psicopedagógico que permite otimizar o processo de ensino e de aprendizagem e a aquisição de estratégias fundamentais para a performance académica dos alunos identificados;
- A aposta em inovação das nossas estratégias de ensino e formação, através dos projetos internacionais.

4 Caracterização Contextual

4.1 Caracterização do meio envolvente

A EPAD localiza-se em duas zonas centrais da cidade, repartida por dois edifícios escolares: um situado na Rua Andrade Corvo, n.º 30, freguesia de Arroios, e o outro na Praça Bernardo Santareno, n.º 5C, freguesia do Areeiro. Ambos os edifícios escolares se encontram bem servidos ao nível da rede de transportes públicos (autocarro, comboio e metropolitano).

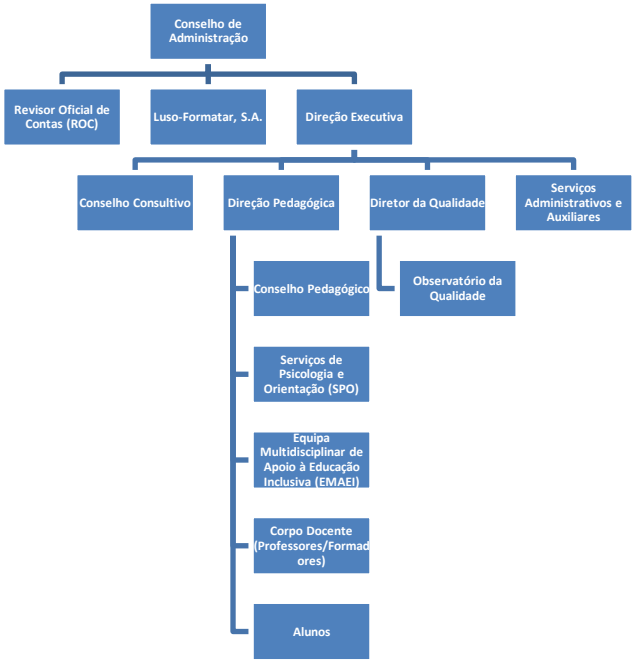
4.2 Espaço Físico

Os dois edifícios da escola estão devidamente equipados de forma a responder às exigências, quer na sua dimensão prática e experimental, quer na simulação de situações reais de trabalho dos cursos ministrados. Possui internet via rede e *wireless* que cobre a totalidade da área escolar. Os edifícios também estão dotados de infraestruturas que facilitam o acesso a pessoas com mobilidade reduzida.

EPAD Areeiro	
Piso -1 – Arquivo Morto – Economato **Piso 0** – Receção/Reprografia – Secretaria – Sala de Convívio – Bar – Instalações Sanitárias – Centro de Recursos – Sala de professores – 2 Salas de aula	**Piso 1** – 1 Sala de Informática – 7 Salas de aula – Gabinete da Direção Pedagógica – Sala de Professores – Gabinete do SPOE – Gabinete da EMAEI – Instalações Sanitárias

EPAD Picoas	
Piso -2 – Arquivo Morto – Economato – Estúdio de Fotografia e Audiovisuais **Piso -1** – Bar – Sala de Convívio – Centro de Recursos – Instalações Sanitárias **Piso 0** – Portaria – Receção/Reprografia – Serviços Administrativos: Contabilidade e Secretaria – Sala de Reuniões – Gabinete da Direção Executiva/Administração – Gabinete da Direção Pedagógica – Sala de Professores – Gabinete do SPOE/ EMAEI – Instalações Sanitárias	**Piso 1** – 1 Sala de Informática – 3 Salas de aula – Gabinete de Coordenação – Sala de Reuniões – Zona Técnica – 3 Instalações Sanitárias por piso **Piso 2** – 2 Sala de Informática – 2 Salas de aula – Gabinete de Coordenação – Zona Técnica – 3 Instalações Sanitárias por piso **Piso 3** – 1 Sala de Informática – 3 Salas de aula – Gabinete de Coordenação – Sala de Reuniões – Zona Técnica – 3 Instalações Sanitárias por piso **Piso 4** – 1 Sala de Informática – 3 Salas de aula – Gabinete de Coordenação – Sala de Reuniões – Zona Técnica – 3 Instalações Sanitárias por piso **Piso 5** – 1 Sala de Informática – 3 Salas de aula – Gabinete de Coordenação – Sala de Reuniões – Zona Técnica – 3 Instalações Sanitárias por piso **Piso 6** – Laboratório de Fotografia – Estúdio de Fotografia e Audiovisuais – Gabinete de Edição

4.3 Recursos Humanos



4.4 Seleção e Recrutamento

A seleção e recrutamento dos recursos humanos tem como base a definição da oferta formativa para cada ano letivo. Para tal, são consultados e analisados os *curricula vitae* recebidos, sendo escolhidos aqueles que correspondem às áreas de formação pretendidas e que respeitem os requisitos definidos pela instituição. O recrutamento de pessoal docente baseia-se na análise do *curriculum vitae,* a que se segue uma entrevista pessoal orientada pela Direção Executiva e/ou Pedagógica.

São considerados requisitos para a docência na EPAD uma boa preparação científica e pedagógica como garantia de uma formação de qualidade e de excelência. As características dos docentes/ formadores também se devem adaptar às especificidades da formação a ministrar, ao tipo de público-alvo de cada curso, bem como aos objetivos a alcançar.

4.5 Avaliação de Desempenho

Com o objetivo de aferir o grau de desempenho dos recursos humanos, recorre-se a instrumentos de avaliação, designadamente, aplicação de questionários de autoavaliação; observação direta; grelha de observação/avaliação e aplicação de questionários de satisfação dirigidos a toda a comunidade escolar, incluindo Pais e Encarregados de Educação. Posteriormente, todos estes dados recolhidos são alvo de uma análise cuidada e tratados estatisticamente, com vista à melhoria do processo de ensino-aprendizagem.

5 Oferta Educativa

5.1 Destinatários

Podem ingressar na Escola Profissional de Artes, Tecnologias e Desporto jovens que, tendo concluído o 9.º ano de escolaridade, pretendam enveredar por uma via profissionalizante em cursos de nível 4. As idades de acesso a estas ofertas formativas, são estabelecidas pela regulamentação específica.

Existe a oferta de Cursos de Especialização Tecnológica para adultos com idade igual ou superior a 18 anos à data do início da formação e que cumpram um dos seguintes requisitos:

a) Sejam titulares de um curso de ensino secundário ou de habilitação legalmente equivalente e que pretendam a sua qualificação ou reconversão profissional;
b) Tendo concluído o nível básico de educação, estejam a frequentar uma das modalidades de educação ou formação ou um processo de RVCC, de nível secundário;
c) Sejam titulares de um diploma ou certificado de nível 5 de qualificação do QNQ, de um diploma de especialização tecnológica ou de um grau ou diploma de ensino superior e que pretendam a sua requalificação profissional.

Podem ser admitidos, a título excecional e mediante autorização da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, candidatos abrangidos pela escolaridade obrigatória que, à data do início da formação, ainda não tenham completado 18 anos de idade, desde que nessa data cumpram um dos requisitos previstos nas alíneas a), b) e c).

5.2 Cursos

Os **Cursos Profissionais** de nível IV são um dos percursos do nível secundário de educação, caracterizado por uma forte ligação com o mundo profissional. Estes cursos valorizam o desenvolvimento de competências para o exercício de uma profissão, em articulação com o setor empresarial. Apresentam uma estrutura curricular organizada por módulos/UFCDs, o que permite maior flexibilidade e respeito pelos diferentes ritmos de aprendizagem.

O plano de estudos dos cursos profissionais de nível IV inclui três componentes de formação: Sociocultural, Científica e Técnica. A componente de formação técnica inclui obrigatoriamente uma Formação em Contexto de Trabalho (FCT). Os cursos culminam com a apresentação de um projeto, designado por Prova de Aptidão Profissional (PAP), no qual o aluno demonstra as competências e saberes que desenvolveu ao longo dos três anos de formação.

Os vários cursos profissionais que disponibilizamos permitem obter uma qualificação escolar e profissional: habilitação profissional de nível IV e equivalência ao 12.º ano de escolaridade, permitindo o prosseguimento de estudos para o ensino superior.

Os **Cursos de Especialização Tecnológica** são uma modalidade de formação de dupla certificação de nível pós-secundário não superior que visam conferir uma qualificação com base em formação técnica especializada, com o objetivo de:

(i) Promover a requalificação e reconversão profissional com vista à reinserção e progressão no mercado de trabalho;

(ii) Aprofundar as competências profissionais tendo em vista o exercício de um melhor desempenho profissional e uma melhor adaptação às mudanças tecnológicas e organizacionais;

(iii) Consolidar os percursos de formação inicial, reforçando a qualificação profissional e as competências técnicas especializadas;

(iv) Estimular o prosseguimento de estudos para o ensino superior.

5.3 Missão e Visão

A EPAD pretende continuar a ser reconhecida como uma escola de referência pela excelência educativa e pelas suas intervenções no desenvolvimento da região. Continuará a pautar-se por um espaço de aprendizagem participado e integrador, pela exigência e por aprendizagens efetivas e significativas nas áreas de competência consignadas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.
Pretende ser uma Escola impulsionadora da curiosidade, da exigência, da excelência e do saber científico, técnico e tecnológico.

A EPAD assume como missão primordial qualificar os recursos humanos do país, numa ótica de aprendizagem ao longo da vida, possibilitando o acesso a competências facilitadoras de uma integração na economia da inovação e do conhecimento.

Desta forma, a EPAD aposta na qualificação de jovens através de ofertas flexíveis e diversificadas de formação e de aquisição e reforço de competências, centradas nas suas necessidades, expetativas e projetos de vida pessoais e profissionais.

É visão da EPAD formar jovens, proporcionando-lhes uma formação qualificante e *"know-how"* efetivo que lhes permita integrar o mundo do trabalho com sucesso, proporcionando aos alunos a oportunidade de se relacionarem com outras realidades, travando conhecimento com grandes profissionais das diferentes áreas, contribuindo assim para o desenvolvimento da sociedade em que vivemos, em particular da região onde estamos inseridos.

Deste modo O Projeto Educativo EPAD define uma visão ambiciosa para a instituição, almejando posicioná-la como um estabelecimento de ensino de referência e excelência, amplamente reconhecido

no meio educacional, pelos seus pares, pelas famílias e pela tutela. Este reconhecimento baseia-se em diversos pilares fundamentais:

• A Qualidade e Diversidade da Oferta Educativa – proporcionando aos seus alunos um leque abrangente de opções formativas que respondem às necessidades e aspirações do mercado de trabalho atual. A instituição investe na constante atualização dos seus currículos e na implementação de metodologias de ensino inovadoras, visando a formação de profissionais qualificados e preparados para os desafios do século XXI.

• As Boas Práticas e Projetos Inovadores – Visam aprimorar aprendizagem e promover o desenvolvimento integral dos alunos. Incentivando a criatividade, a autonomia e o espírito de pesquisa entre os seus alunos, preparando-os para serem agentes de mudança na sociedade.

• Os Bons Resultados Escolares dos Alunos – As altas taxas de aprovação, índices de frequência consistentes e um desempenho notável em avaliações externas. Estes resultados são frutos do empenho da equipa pedagógica, da dedicação dos alunos e do ambiente de aprendizagem positivo e estimulante proporcionado pela instituição.

• A Cidadania e Civilidade da Comunidade Escolar – A promoção ativa da cidadania e a civilidade no seio da sua comunidade escolar, cultivando valores como o respeito mútuo, a tolerância, a responsabilidade social e o compromisso com o bem comum.

• O Profissionalismo e Postura Ética no Desenvolvimento do Processo Educativo – Pautando-se por um rigoroso profissionalismo e por uma postura ética intransigente no desenvolvimento do processo educativo. A instituição valoriza o trabalho em equipe, a colaboração entre os diferentes intervenientes do processo educativo e a busca constante pela excelência.

• A Dinâmica da Relação de Parceria com o Meio e as Famílias – Reconhecimento da importância da articulação com o meio envolvente e com as famílias dos seus alunos para o sucesso do processo educativo. A instituição promove ativamente a comunicação e a colaboração com os diferentes participantes, visando criar um ambiente de aprendizagem favorável ao desenvolvimento integral dos seus alunos.

• O Desenvolvimento das Competências Estabelecidas no Perfil dos Alunos de Saída à Escolaridade Obrigatória – O desenvolvimento das competências estabelecidas no perfil de saída à escolaridade obrigatória, preparando os seus alunos para serem cidadãos autónomos, críticos, participativos e responsáveis. A instituição acredita que a educação deve formar indivíduos completos, aptos a enfrentar os desafios do mundo contemporâneo e a contribuir para o desenvolvimento da sociedade.

A Valorização Sistemática da Relação com o Meio Empresarial – Reconhecer a importância da relação com o meio empresarial para o sucesso da sua missão. A instituição estabelece parcerias estratégicas com empresas da região, visando a promoção e a articulação entre o ensino e o mercado de trabalho, a oferta de estágios curriculares e a inserção profissional dos seus alunos.

• Dinamização dos Setores Socioeconómicos e Culturais no Contexto Regional e Nacional – Contribuição para a dinamização dos setores socioeconómicos e culturais no contexto regional e nacional. A formação de profissionais qualificados e preparados para responder às necessidades do

mercado de trabalho, impulsionando o desenvolvimento económico e social das comunidades em que se insere.

• A Taxa de Empregabilidade Atingida – A elevada taxa de empregabilidade dos alunos, que comprova a qualidade da sua formação e a sua relevância para o mercado de trabalho. A instituição investe na orientação profissional dos seus alunos e na promoção da sua inserção no mercado de trabalho, assegurando-lhes um futuro promissor.

5.4 Política da Qualidade

A EPAD aposta numa política da qualidade que considera fundamental para uma Melhoria Contínua que permitirá à organização desenvolver e fornecer todo o serviço segundo a sua Missão e que vá ao encontro da sua Visão. Assim, a melhoria contínua da organização é um compromisso desta instituição que pretende oferecer um serviço cada vez mais eficaz e célere. A EPAD pretende ser reconhecida nacional e internacionalmente pela qualidade do ensino-aprendizagem.

Nesse âmbito, a EPAD encontra-se, neste momento, alinhada com o Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade para a Educação e Formação Profissional (EQAVET) de modo a alcançar uma melhoria continuada da Educação e Formação Profissional utilizando os indicadores selecionados; Visão estratégica e visibilidade dos processos e resultados na gestão da EFP; Envolvimento dos *stakeholders* internos e externos.

A ANQEP atribuiu o Selo de Conformidade EQAVET (Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade para o Ensino e a Formação Profissionais), em 2020, uma certificação para 3 anos, conferindo uma distinção, que atingiu a qualificação máxima em 5 dos 6 critérios avaliados. Em 2023, a ANQEP renovou a atribuição do Selo de Conformidade EQAVET, com a qualificação máxima em 6 dos 6 criérios avaliados.

Para suportar a pretensão da EPAD na melhoria contínua foi criado o Observatório da Qualidade que contribuí para a qualidade na educação e para uma educação de qualidade. Este Observatório da Qualidade tem como objetivos: (I) Monitorizar os processos de Gestão da Qualidade da EPAD; (II) Sistematizar a recolha e tratamento de informação; (III) Produzir documentos – Relatórios de processo, Relatórios de autoavaliação e PAA – que sustentem a monitorização e medição de objetivos operacionais, metas e indicadores; (IV) Proporcionar uma cultura de reflexão crítica e aprendizagem organizacional; (V) Envolver os atores educativos no processo de autoavaliação; (VI) Verificar a elaboração de planos de ação; (VII) Preparação da avaliação externa e auditorias EQAVET, nomeadamente a realização dos relatórios de progresso e de revalidação do Selo da Qualidade EQAVET.

5.5 Princípios e Valores

A EPAD quer ser reconhecida a nível nacional e internacional pela qualidade do ensino-aprendizagem, investindo na formação integrada dos jovens, bem como numa sólida formação profissional que permita a sua integração no mercado de trabalho.

É nosso propósito que a ideia do ensino profissional como uma ***pedagogia de integração*** esteja subjacente ao nosso Projeto Educativo. Assim, pretendemos uma escola que se assuma como uma instituição social e culturalmente responsável, e não apenas uma entidade de formação profissional, capaz de incutir nos nossos alunos os valores da cidadania ativa e da participação crítica e responsável.

Os princípios subjacentes a este Projeto Educativo pretendem, orientar, justificar e dar sentido ao Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória. Assim, os princípios do Projeto Educativo da EPAD são os seguintes:

Princípio da Base Humanista – A EPAD desenvolve nos seus alunos os saberes e valores para a construção de uma sociedade mais justa, centrada na pessoa, na dignidade humana e na ação sobre o mundo enquanto bem comum a preservar;

Princípio do Saber – No centro do processo educativo está o Saber. É responsabilidade da escola desenvolver nos alunos a cultura científica que permite compreender, tomar decisões e intervir sobre as realidades naturais e sociais no mundo. Toda a ação deve ser sustentada por um conhecimento sólido e robusto;

Princípio da Aprendizagem – As aprendizagens são essenciais no processo educativo. A ação educativa promove intencionalmente o desenvolvimento da capacidade de aprender, base da educação e formação ao longo da vida;

Princípio da Inclusão – A escolaridade obrigatória é de e para todos, sendo promotora de equidade e democracia. Todos os alunos têm direito ao acesso e à participação de modo pleno e efetivo em todos os contextos educativos;

Princípio da Coerência e flexibilidade – Garantir o acesso à aprendizagem e à participação dos alunos no seu processo de formação requer uma ação educativa coerente e flexível. É através da gestão flexível do currículo e do trabalho conjunto dos professores sobre o currículo que é possível explorar temas diferenciados;

Princípio da Adaptabilidade e ousadia – É importante que os alunos tenham a perceção de que é fundamental conseguir adaptar-se a novos contextos e novas estruturas, mobilizando as competências, mas também estando preparado para atualizar conhecimento e desempenhar novas funções;

Princípio da Democraticidade – A EPAD permite a participação ordenada de todos os membros da Comunidade Educativa na vida da escola e educando para uma cidadania responsável.

Os Valores da EPAD são entendidos como os elementos e as características éticas, expressos através da forma como as pessoas atuam e justificam o seu modo de estar e agir. Trata-se da relação

construída entre a realidade, a personalidade e os fatores de contexto, relação essa que se exprime através de atitudes, condutas e comportamentos.

Assim, todos os alunos da EPAD devem ser encorajados, nas atividades escolares, a desenvolver e a pôr em prática os valores por que se deve pautar a cultura de escola, nomeadamente:

Responsabilidade e integridade – Respeitar-se a si mesmo e aos outros; saber agir eticamente, consciente da obrigação de responder pelas próprias ações; ponderar as ações próprias e alheias em função do bem comum;
Excelência e exigência – Defender o trabalho bem feito, ao rigor e à superação; ser perseverante perante as dificuldades; ter consciência de si e dos outros; ter sensibilidade e ser solidário para com os outros;
Curiosidade, reflexão e inovação – Querer aprender mais; desenvolver o pensamento reflexivo, crítico e criativo; procurar novas soluções e aplicações;
Cidadania e participação – Demonstrar respeito pela diversidade humana e cultural e agir de acordo com os princípios dos direitos humanos; negociar a solução de conflitos em prol da solidariedade e da sustentabilidade ecológica; ser interventivo, tomando a iniciativa e sendo empreendedor;
Liberdade – Manifestar a autonomia pessoal centrada nos direitos humanos, na democracia, na cidadania, na equidade, no respeito mútuo, na livre escolha e no bem comum.

5.6 Cidadania e Desenvolvimento

A resolução do Conselho de Ministros n.º 127/2025, de 29 de agosto, que aprovou a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC), enquanto referencial da componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento, pretende conferir à componente curricular de Educação para a Cidadania uma abordagem pedagógica mais clara, estruturada e alinhada com os princípios fundamentais democráticos, com o objetivo de capacitar crianças e jovens para o exercício pleno da condição de cidadãos.

Paralelamente, e para sua valorização no currículo, foram elaboradas as Aprendizagens Essenciais (AE) de Cidadania e Desenvolvimento (componente curricular criada ao abrigo do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho) que definem o que se considera essencial que todos os alunos desenvolvam até ao final de cada nível/ciclo de escolaridade.

No âmbito da Educação para a Cidadania, especificamente na componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento, no respeito pelos valores constitucionais portugueses, pretende-se que os alunos realizem aprendizagens através da participação plural e responsável na construção de cada um como cidadão e de sociedades mais justas e inclusivas, no quadro da democracia, do respeito pela diversidade e da defesa dos Direitos Humanos. Assim, a componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento, criada ao abrigo do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, visa o desenvolvimento

de competências para uma cultura de democracia e aprendizagens com impacto na atitude cívica individual, no relacionamento interpessoal e no relacionamento social e intercultural.

As Aprendizagens Essenciais de Cidadania e Desenvolvimento, no que se refere a "Conhecimentos, Capacidades, Atitudes e Valores", bem como às "Ações Estratégicas", estão organizadas em oito dimensões de Educação para a Cidadania, as quais se organizam em dois grupos. O primeiro grupo, obrigatório em todos os anos de escolaridade do Ensino Básico e do Ensino Secundário, é constituído pelas dimensões "Direitos Humanos", "Democracia e Instituições Políticas", "Desenvolvimento Sustentável" e "Literacia Financeira e Empreendedorismo". O segundo grupo, obrigatório no 1.º ciclo do Ensino Básico, no conjunto dos 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico, e no Ensino Secundário, é composto pelas dimensões "Pluralismo e Diversidade Cultural", "Media", "Saúde" e "Risco e Segurança Rodoviária", cabendo à escola escolher o(s) ano(s) de escolaridade em que cada uma das dimensões vai ser desenvolvida, em conformidade com a respetiva Estratégia de Educação para a Cidadania.

A estruturação das aprendizagens por níveis e ciclos de escolaridade tem subjacente o entendimento de que, ao longo de um nível/ciclo, os alunos têm oportunidade de realizar um percurso educativo em que os conhecimentos, as capacidades, as atitudes e os valores serão mobilizados de uma forma gradual, complexificados à medida que os alunos intensificam e alargam as experiências de aprendizagem e as suas vivências. Nesta perspetiva, as aprendizagens definem o que se considera essencial que todos os alunos desenvolvam até ao final de cada nível/ciclo de escolaridade.

A diversidade das Ações Estratégicas de Ensino apresentadas procura privilegiar o papel ativo dos alunos no processo de aprendizagem, sublinhando a importância da dimensão vivencial da componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento. Esta componente curricular constitui-se como uma área de trabalho transversal, de articulação disciplinar, com abordagem de natureza interdisciplinar, que potencia o desenvolvimento de projetos que mobilizem aprendizagens das diferentes disciplinas, no âmbito da Estratégia de Educação para a Cidadania da Escola.

Todas as dimensões são obrigatórias, organizando-se em dois grupos, com implicações diferenciadas, do seguinte modo:

No 1.º grupo, as dimensões devem serão abordadas em cada ano de escolaridade de todos os níveis e ciclos de ensino.

No 2.º grupo, para cada um dos três intervalos de anos de escolaridade definidos, a escola escolhe, pelo menos, um ano de escolaridade para cada uma das dimensões, em conformidade com a respetiva Estratégia de Educação para a Cidadania.

Para promover uma maior articulação entre a componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento e as demais componentes do currículo, são definidas Aprendizagens Essenciais para esta componente curricular, de modo a assegurar uma clarificação e priorização dos objetivos e aprendizagens a alcançar pelos alunos.

A Educação para a Cidadania é uma responsabilidade de todos na escola e deve estar apoiada numa abordagem que envolva alunos, docentes, famílias e comunidade, na sala de aula, na cultura da escola e na relação com a comunidade, beneficiando de:

- Práticas sustentadas no tempo e não de meras intervenções pontuais;
- Integração no currículo, nas atividades letivas e não-letivas, nas práticas diárias da vida escolar e sua articulação com a comunidade;
- Práticas educativas promotoras da inclusão, apoiadas no desenvolvimento profissional contínuo dos docentes;
- *Envolvimento de alunos em metodologias ativas (nomeadamente, ações de voluntariado), oferecendo oportunidades de desenvolvimento de competências pessoais e sociais;*
- *Integração nas políticas e práticas de uma escola democrática, envolvendo toda a comunidade escolar;*
- *Promoção do bem-estar e da saúde individual e coletiva;*
- *Envolvimento no trabalho, em parceria com as famílias e as comunidades;*
- *Alinhamento com as especificidades de crianças e jovens e com as prioridades da comunidade educativa;*
- *Apoio na monitorização e avaliação de forma a garantir a efetividade e a participação, com base em indicadores de qualidade previamente definidos.*

Para o desenvolvimento da sua Estratégia de Educação para a Cidadania, a EPAD pode estabelecer parcerias com entidades externas, desde que em estreita colaboração com as famílias (pais e encarregados de educação), através das suas estruturas de representação, nos termos da legislação em vigor.

A avaliação interna das aprendizagens, no âmbito da componente de Cidadania e Desenvolvimento, é da responsabilidade dos professores e dos órgãos de administração e gestão, de coordenação e supervisão pedagógica da escola.

A avaliação deverá ter lugar de forma contínua e sistemática, adaptada aos avaliados, às atividades e aos contextos em que ocorre. Assim, as formas de recolha de informação deverão ser diversificadas e devem ser utilizadas diferentes técnicas e instrumentos de avaliação.

Cabe à escola elaborar e aprovar a sua própria Estratégia de Educação para a Cidadania, enquadrada pela ENEC, existindo para tal um regulamento especifico: “Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania na EPAD.

5.7 Educação Inclusiva

A EPAD como escola inclusiva que é, tem como pilar garantir o atendimento à diversidade humana e ser capaz de prover uma educação de alta qualidade a todos os jovens. Ser uma escola inclusiva, pressupõe a igualdade de oportunidades, garantindo o acesso, a participação e a aprendizagem de todos, sem exceção. Desta forma, são consideradas três dimensões: a dimensão ética, referente aos princípios e valores que se encontram na sua génese; a dimensão relativa à implementação de medidas de política educativa que promovam e enquadrem a ação das escolas e das suas comunidades educativas e a dimensão respeitante às práticas educativas, não podendo nenhuma delas ser negligenciada. Assim, a EPAD privilegia o direito de cada um dos seus alunos poder usufruir de uma educação coerente com as suas potencialidades, expetativas e necessidades, disponibilizando um conjunto de respostas planeadas no âmbito de um projeto educativo que proporcione a todos a participação e o sentido de pertença em verdadeiras condições de equidade.

A EPAD implementa medidas de política educativa que recorrem a uma abordagem holística de todo o sistema educativo e a um plano de ação coordenado entre os vários atores a práticas educativas de qualidade, com respeito pela diversidade, dando oportunidade a todos os alunos de desenvolverem o seu máximo potencial.

5.8 Perfil dos alunos

O presente Perfil dos Alunos pretende nortear a atividade educativa para a multiplicidade de situações quotidianas de forma a que o jovem se adapte às diversas realidades envolventes pela aplicação de conceitos humanistas convocando os conhecimentos socioculturais, científicos e tecnológicos. Tem-se como objetivo a aquisição e aplicação de valores e competências em vários domínios e que contribuam para a tomada de decisões livres e fundamentadas, intervindo, responsável e conscientemente, na individualidade, na alteridade e na comunidade.

Neste sentido, o presente perfil assenta na competência do pensamento crítico e do pensamento criativo, o qual se considera pedra basilar para o desenvolvimento das demais competências, numa perspetiva de inclusão e aquisição de saberes ao longo da vida.

Assim, pretende-se que o aluno, ao longo do seu percurso escolar, seja capaz de:

- Relacionar emoção e conhecimentos de modo a tomar decisões fundamentadas e a promover a sua autonomia, adequando os seus comportamentos aos contextos em que se insere;
- Aproveitar oportunidades que favoreçam aprendizagens globais e integradas, independentemente da sua habilidade pessoal;
- Identificar a necessidade de aquisição de novas competências numa perspetiva de atualização e de aprendizagem ao longo da vida;

- Ter a consciência de que todos os seus atos e decisões se refletem na promoção da saúde e do bem-estar, seu e do outro, contribuindo para a construção de um futuro sustentável adotando e envolvendo-se em causas sociais e ambientais, promovendo-se como um cidadão ativo e consciente;
- Interagir e contribuir para a criação e gestão de relações pessoais e interpessoais salutares;
- Valorizar a partilha, a tolerância e a empatia num sentido responsável e construtivo do conhecimento individual e social;
- Utilizar os dispositivos tecnológicos e materiais técnicos para criar ou reproduzir soluções para necessidades detetadas;
- Intervir imaginativamente para a resolução de problemas encontrados, fazendo uso e adaptando as possibilidades materiais e técnicas;
- Desenvolver e colaborar em projetos específicos da sua área de formação bem como de outros domínios, aplicando metodologias específicas e adequadas;
- Usar linguagens verbais e não-verbais para construir conhecimento e para partilhar experiências;
- Compreender e expressar-se nas diversas modalidades discursivas;
- Transformar informação em conhecimento;
- Utilizar e dominar, de forma crítica, diversas fontes de informação;
- Desenvolver o sentido estético através do reconhecimento das especificidades e intencionalidades das diferentes manifestações artísticas;
- Apreciar criticamente as diferentes realidades artísticas.

6 Autoavaliação | Diagnóstico estratégico

A elaboração do projeto educativo da EPAD parte de um diagnóstico oriundo dos principais documentos de referência e de gestão, nomeadamente o Plano Anual de Atividades, a monitorização dos objetivos operacionais do projeto educativo, os resultados do quadro da Garantia EQAVET e os planos anuais de melhoria. Nesse sentido, sistematizamos uma análise SWOT, apresentada de seguida:

Análise SWOT

Pontos fortes:

- Conjunto de atividades de integração, realizados ao longo de todo o ano;
- Elevado número de parcerias com empresas para a realização de FCT e estágios internacionais;
- Reconhecimento formal e informal da qualidade do trabalho desenvolvido pelos estagiários;
- Boas ligações com o tecido empresarial;
- Perceção geral da escola como escola inclusiva e relação próxima com os alunos e família;
- Instituição eclética;
- Envolvimento dos Encarregados de Educação no processo de ensino-aprendizagem;
- Escola tolerante e democrática;
- Diversidade de formadores, especialistas em áreas específicas;
- Estabilidade do corpo de docentes/formadores;
- Corpo Docente muito estável, dedicado, preparado e colaborante
- O corpo docente fomenta junto dos alunos a criação e desenvolvimento de projetos inovadores tendo em vista descobrir novos potenciais e divulgar competências dos alunos;
- Envolvimento em projetos e iniciativas extracurriculares;
- Bom nível de interação com o meio envolvente, através dos protocolos de colaboração com o meio empresarial na colocação de estagiários;
- Serviço de Psicologia Escolar;
- Gabinete de Educação Especial;
- Boa relação professor-aluno;
- Boa relação entre docentes;
- Desenvolvimento do espírito de equipa dos alunos;
- Criação da equipa multidisciplinar para a inclusão que reúne semanalmente para definir estratégias;
- O apoio Psicopedagógico que permite otimizar o processo de ensino e de aprendizagem;
- A aposta em projetos internacionais de modo a inovar através das nossas estratégias de ensino e formação;

- A escola possui equipamentos e recursos físicos capazes de dar resposta a cursos exigentes, respondendo muito positivamente à inovação;
- No âmbito da Educação para a Cidadania, componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento, pretende-se que os alunos aprendam e adquiram conhecimentos e competências que os ajudem no seu desenvolvimento individual e na sua participação cívica, no quadro da democracia, dos valores constitucionais e da defesa dos Direitos Humanos.

Pontos Fracos:

- Muito tempo gasto em atividades de recuperação;
- Desistência dos alunos devido a problemas familiares e/ ou financeiros;
- Descontinuidade da agenda cultural;
- A manifesta percentagem de jovens que são oriundos de famílias com problemas familiares graves e muitas vezes com necessidades de acompanhamento pelos SPE.

Oportunidades:

- Alargamento da escolaridade obrigatória para 12 anos;
- Criação e implementação de Cursos de Especialização Tecnológica (CET);
- Oportunidades de educação e formação oferecidas pelos programas de Aprendizagem ao Longo da Vida;
- Desenvolvimento de competências para o exercício de uma profissão, em articulação com o sector empresarial, comunidade social e rede social;
- Estrutura curricular que permite maior flexibilidade e respeito pelos diferentes ritmos de aprendizagem;
- Forte procura, por parte das empresas, de alunos diplomados.
- Maior diversificação da oferta formativa;
- A escola ser reconhecida como uma instituição que forma jovens capazes de integrar o mercado de trabalho com sucesso;
- A escola ter larga experiência na formação profissional de jovens e estar bem equipada nas áreas de formação que ministra;
- Valorização do ensino profissional pelas entidades nacionais e europeias.

Ameaças:

- Diminuição do poder económico das famílias;
- Rede pública de Ensino Profissional;
- O valor de financiamento dos cursos estar indexado ao volume de formação;
- Envelhecimento da população/ baixa natalidade;
- Diminuição do tecido empresarial.

Pontos fortes a potenciar:

- Solidificar a seleção e/ ou manutenção de recursos humanos qualificados;
- Alargar e diversificar a bolsa de relações empresariais através de protocolos a fim de responder às necessidades da Formação em Contexto Trabalho;
- Maximizar a criação e o desenvolvimento de projetos inovadores junto dos alunos;
- Reforçar o apoio e orientação do Serviço de Psicologia e Orientação (SPO) aos alunos que dele necessitem;
- Melhorar a qualidade e sucesso escolar dos alunos a fim de aumentar a taxa de alunos que prosseguem estudos;
- Melhorar as taxas de conclusão dos cursos;
- Melhorar as taxas de empregabilidade;
- Diversificar e enriquecer os equipamentos e recursos físicos da escola;
- Melhorar o processo de comunicação institucional entre todos os elementos da comunidade educativa;
- Contribuir para o reconhecimento de empenho dos discentes;
- Metodologias de ensino diversificadas;
- Reforçar o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais dos alunos.

A escola que queremos ser:

- Potenciadora do desenvolvimento integral do aluno;
- Escola inclusiva;
- Formação dos alunos orientada para a cidadania e para o espírito crítico e criativo;
- Mais focada nas aprendizagens;
- O ensino-aprendizagem centrado no ritmo dos alunos;
- Promoção da avaliação centrada no feedback para promoção da aprendizagem;
- Mais reflexão individual e de grupo sobre as práticas pedagógicas;
- Fomentar novos projetos que conduzam à aquisição de conhecimentos transversais;
- Mais espaços de trabalho autónomo para os alunos;
- Promoção do empreendedorismo.

Domínios a melhorar:

- Reduzir as taxas de abandono escolar;
- Melhorar as taxas de conclusão do curso;
- Melhorar a taxa de empregabilidade;
- Melhorar as estruturas de apoio ao estudo / ateliês / academias / biblioteca;
- Melhorar os equipamentos;
- Melhorar a comunicação interna e externa;
- Aumentar o número de mobilidades internacionais de alunos e staff.

7 Objetivos Gerais

7.1 Objetivos de âmbito pedagógico

A EPAD tem por objetivo facultar uma sólida formação aos seus alunos, de modo a prepará-los para integrar a vida profissional ativa ou o prosseguimento de estudos mas sem, porém, descurar uma preparação dialogante e responsável a fim de os preparar para uma cidadania ativa, comprometidos com os outros e com o mundo. Para esse fim estabeleceram-se os seguintes objetivos orientadores:

a) Promover o sucesso educativo e a qualificação profissional;
b) Eliminar o abandono escolar;
c) Aproximar a realidade escolar da realidade laboral;
d) Alargar a utilização das novas tecnologias da informação;
e) Dinamizar atividades de caráter desportivo a nível interno e externo;
f) Desenvolver projetos em colaboração com entidades sociais e culturais para fortalecer a importante componente social dos alunos;
g) Potenciar a inserção dos estudantes no mercado de trabalho.

7.2 Objetivos de âmbito institucional e relacional

Os objetivos da EPAD enquanto instituição, seja na sua relação com o meio, seja nas relações entre os mais diversos agentes que com ela participam, são os seguintes:

a) Determinar as componentes curriculares opcionais que melhor respondam às necessidades do meio em que se encontra inserida;
b) Estimular e apoiar atividades de enriquecimento do currículo visando a intervenção cultural, lúdica, a educação para o ambiente e a aprendizagem para a cidadania ativa;
c) Estabelecer protocolos com entidades do meio para o desenvolvimento de componentes do tipo profissionalizante/vocacional;
d) Dinamizar a formação e atualização do pessoal docente e não docente;
e) Implementar processos inclusivos que conduzam ao envolvimento de todos os intervenientes no processo educativo;
f) Definir entre todos os agentes educativos os valores que devem nortear a conduta e o relacionamento dentro do espaço escolar;
g) Atualizar o Regulamento Interno, divulgá-lo amplamente por toda a comunidade educativa e implementar a sua aplicação;
h) Estimular a realização de iniciativas que visem melhorar as condições de trabalho, o clima de relações, a qualidade dos equipamentos e serviços.

7.3 Objetivos de âmbito administrativo e financeiro

No que diz respeito ao âmbito administrativo e financeiro, a EPAD apresenta os seguintes objetivos:

a) Privilegiar os critérios de natureza pedagógica na gestão e administração da escola;
b) Elaborar prioridades orçamentais numa perspetiva anual e plurianual e sujeitá-las à aprovação da Direção Executiva;
c) Otimizar e racionalizar os recursos humanos e a utilização das instalações e dos equipamentos escolares;
d) Promover a modernização administrativa;
e) Optar pelo arquivo digital sempre que o tipo de documentação o permita;
f) Desenvolver uma política de mecenato no que diz respeito à realização de eventos culturais e desportivos.

7.4 Objetivos de âmbito estrutural

Quanto aos objetivos de âmbito estrutural, a nossa instituição propõe-se a:

a) Manter atualizado o site da escola/redes sociais;
b) Atualizar os equipamentos;
c) Adquirir novo material didático.

8 Metas e Indicadores

8.1 Sucesso escolar e abandono escolar

1.º Objetivo estratégico: Melhorar o desempenho académico dos alunos.

Meta: Alcançar a média final de conclusão dos cursos acima de **65%**.

Estratégias de atuação:

- Analisar as causas dos resultados obtidos nas diversas componentes;
- Melhorar a articulação interdisciplinar em cada curso/ turma;
- Reforçar o apoio educativo aos alunos que dele necessitem;
- Implementar projetos transversais às três componentes curriculares de forma a despoletar/ reforçar o interesse dos alunos por todas as disciplinas que constituem o curso;
- Elaborar o plano de melhoria trimestral;
- Criação de Épocas de Exames que permitam aos alunos recuperar módulos/repor horas;
- Promoção de concursos que motivem os alunos no seu processo de ensino aprendizagem;
- Realização de reuniões com os encarregados de educação dos alunos desmotivados e com módulos para recuperar;
- Elaboração de ações e tarefas para operacionalizar o plano de melhoria.

Indicador de avaliação:

- Taxa de conclusão do curso;
- Taxas de conclusão dos módulos;
- Taxa de empregabilidade;
- Taxa de aproveitamento nas Épocas de Exames.

2.º Objetivo estratégico: Reduzir o abandono escolar.

Meta: Abandono escolar abaixo dos **5,5%**

Estratégias de atuação:

- Estudar o perfil dos alunos em risco;
- Identificar as causas do abandono escolar;
- Implementar metodologias e estratégias de intervenção concertadas e cooperantes entre todos os agentes, tendo em vista o acompanhamento dos alunos em risco;
- Assegurar que os encarregados de educação acompanham todo o processo educativo;
- Encaminhar os alunos para o SPO no sentido de ajudar/orientar o aluno em risco de abandono escolar.

Indicador de avaliação:

- Taxa de abandono escolar por turma;
- Taxa de abandono global da escola.

8.2 Empregabilidade

Objetivo estratégico: Assegurar e reforçar a melhoria da empregabilidade dos alunos que concluem os cursos na EPAD
Meta: Melhorar 10% as taxas de empregabilidade
Estratégias de atuação:

- Assegurar uma monitorização da taxa de empregabilidade dos alunos;
- Realizar registos de contactos com ex-alunos da EPAD;
- Organizar a base de dados de contactos;
- Fazer registos de empregabilidade de alunos;
- Fazer registos do grau de satisfação dos empregadores em relação aos alunos diplomados pela EPAD.

Indicador de avaliação:
- Taxa de empregabilidade por curso
- Taxa de empregabilidade da escola

8.3 Articulação curricular

Objetivo estratégico: Assegurar e reforçar a articulação curricular e a coordenação das equipas pedagógicas.

Metas: Executar seis atividades por turma, sendo que pelo menos uma delas deverá ser de carácter interdisciplinar.

Estratégias de atuação:

- Assegurar e reforçar a articulação curricular entre as componentes de formação de um curso;
- Reforçar a articulação interdisciplinar na concretização dos projetos e no desenvolvimento das Provas de Aptidão Profissional (PAP);
- Reforçar a articulação de atividades entre turmas de um mesmo curso, e entre cursos, de acordo com as dinâmicas da escola;
- Operacionalizar reuniões de equipas pedagógicas (reuniões de conselho de turma e reuniões de coordenação de curso);
- Organizar, planificar e avaliar a ação das equipas pedagógicas;
- Produzir materiais didáticos;
- Fortalecer o desenvolvimento de projetos;

- Produzir trabalhos para concurso (interno e externo à escola).

Indicador de avaliação:

- Número de reuniões realizadas;
- Número de projetos produzidos;
- Nível de qualidade dos projetos desenvolvidos.

8.4 Gestão de equipamentos e recursos físicos

Objetivo estratégico: Assegurar uma gestão integrada dos equipamentos e recursos físicos.

Meta: Alcançar os 100% de intervenção e manutenção dos equipamentos.

Estratégias de atuação:

- Assegurar a realização do plano de manutenção preventiva de recursos físicos, por parte da Direção, tendo em conta as necessidades identificadas pelos colaboradores e o histórico das intervenções;
- Assegurar a manutenção de equipamentos e recursos físicos da escola;
- Definir o controlo de acessos ao sistema informático por parte da Direção, serviços administrativos, professores e alunos.

Indicador de avaliação:

- Inventário dos equipamentos e recursos físicos existentes na escola.

8.5 Valorização do mérito e da excelência das aprendizagens

Objetivo estratégico: Assegurar meios e estratégias de valorização do mérito escolar e de incentivo à excelência das aprendizagens.

Meta: Realização de uma sessão pública por **ano**, onde os alunos são reconhecidos e premiados pela sua assiduidade, comportamento e aproveitamento.

Estratégias de atuação:

- Valorizar o mérito e a excelência dos resultados das aprendizagens;
- Melhorar o sucesso das aprendizagens;
- Contribuir para o desenvolvimento pessoal dos alunos, assente numa dimensão individual, social, cívica e relacional;
- Reconhecer, valorizar e estimular o mérito, o empenho e a dedicação dos alunos no seu desempenho escolar.

Indicador de avaliação:

- Divulgação dos melhores alunos de cada um dos cursos;
- Atribuição da menção de “Melhor Aluno” da escola em sessão solene.

8.6 Envolvimento dos Pais e Encarregados de Educação no processo de ensino-aprendizagem

Objetivo estratégico: Assegurar e incrementar o acompanhamento e envolvimento dos pais e encarregados de educação ao longo do percurso de formação dos seus educandos.

Meta: Aumentar em 9 % a participação dos encarregados de educação nas reuniões, bem como em atividades desenvolvidas pela escola.

Estratégias de atuação:

- Promover reuniões com os pais e encarregados de educação para abordar temas como: critérios de avaliação; gestão do currículo; técnicas e instrumentos de avaliação; competências a atingir; organização e funcionamento da escola; regulamento interno; projeto educativo; plano anual de atividades;
- Incentivar os pais e encarregados de educação a um acompanhamento ao processo de aprendizagem dos alunos;
- Promover a participação dos pais e encarregados de educação nos órgãos de gestão intermédia da escola;
- Promover a participação dos pais e encarregados de educação nas atividades previstas no Plano Anual de Atividades;
- Intensificar o nível de envolvimento e participação dos pais e encarregados de educação.

Indicador de avaliação:

- Número de ações e atividades realizadas;
- Número de pais e encarregados de educação participantes.

9 Estratégias de Desenvolvimento

A diversidade de contextos existentes numa escola implica, certamente, diferentes estratégias, porém, a multiplicidade de pontos de vista não deve originar percursos paralelos ou divergentes, mas sim convergentes nos propósitos por si definidos.

Assim, qualquer ação levada a cabo na escola deverá ser sempre pensada em função da comunidade escolar que serve e norteada por um espírito de cooperação entre todos, numa perspetiva inclusiva e uniforme.

9.1 Definição de prioridades e estratégias

São consideradas **prioridades** no Projeto Educativo da EPAD a:

a) Promoção de uma formação integral dos jovens;
b) Aquisição de conhecimentos e competências, numa articulação permanente entre o conhecimento e a prática;
c) Fomentação de atitudes de exigência científica e pedagógica no processo de ensino e aprendizagem;
d) Aprendizagem de atitudes, tais como, a autonomia, a autoestima, respeito mútuo, solidariedade, pontualidade e cooperação, com vista a assegurar a formação ética e moral do formando como cidadão responsável e participativo na vida comunitária;
e) Prestação de orientação escolar e profissional de forma a facultar uma opção consciente pela continuação dos estudos ou pela inserção na vida ativa;

Para assegurar a concretização destas prioridades serão desenvolvidas **estratégias** de modo a conseguir:

- Proporcionar uma sólida formação geral e científica, através de um ensino individualizado e personalizado, adaptado à diversidade de ritmos de aprendizagem;
- Adequar os currículos às características dos cursos, dos formandos e às condições do meio;
- Fomentar a participação de formandos, formadores, funcionários e encarregados de educação na vida escolar, tendo em vista um melhor funcionamento da escola;
- Organizar atividades de complemento curricular adequadas aos recursos da escola e aos interesses dos formandos, e articuladas com os conteúdos programáticos (sempre que possível estas atividades serão realizadas no âmbito dos diversos projetos em que a comunidade escolar está envolvida);
- Facilitar a inserção da escola no contexto social e empresarial/laboral;
- Desenvolver experiências de aprendizagem em contexto real de trabalho;
- Promover hábitos de reflexão comum e estimular o espírito crítico e criativo.

9.2 Linhas de ação | campos de atuação

Num Projeto que se propõe interativo, é fundamental dar destaque à participação da Comunidade Educativa em todos os processos norteadores da sua identidade, quer através do desenvolvimento de atividades curriculares, quer no âmbito de atividades extracurriculares. Também é fundamental, privilegiar os modelos de ensino em que o formando tem um papel ativo na construção do seu próprio conhecimento, incrementando uma atitude reflexiva em todos os atos educativos.

Para tal, ficam definidas as diversas linhas de ação da escola e o modo de se alcançar a consecução das mesmas, a saber:

- Promover e assegurar a participação de todos os agentes nos órgãos de gestão da Escola (Conselho Pedagógico, Assembleia Pedagógica e outros órgãos consultivos) na elaboração dos documentos conducentes à ação educativa/formativa (Projeto Educativo, Regulamento Interno, Plano Anual de Atividades), sendo, para tal, promovidas reuniões regulares dos Conselhos de Turma dos respetivos cursos e entre os orientadores educativos e os pais ou encarregados de educação;
- Apoiar projetos inovadores de formadores e outros agentes educativos, bem como projetos com características interdisciplinares;
- Assegurar o cumprimento e a avaliação do Projeto Educativo, Regulamento Interno e Plano Anual de Atividades, divulgando os seus conteúdos pela comunidade educativa, devendo a escola manter uma atitude aberta e dinâmica na sua análise, discussão e formas de aplicação, avaliando periodicamente o grau de cumprimento dos mesmos e procedendo às necessárias reformulações/ atualizações de acordo com os normativos em vigor;
- Supervisionar o trabalho dos formandos de modo a apoiá-los em todas as etapas do seu percurso no processo de ensino e aprendizagem, criando condições para o seu desenvolvimento integral, sempre com o objetivo de facilitar o sucesso escolar/profissional;
- Continuar o apoio às atividades de complemento curricular como o Jornal da Escola, o projeto *Eco-Escola* e o desenvolvimento e participação em vários projetos europeus: *Erasmus+*;
- Dar continuidade ao apetrechamento da biblioteca escolar/centro de recursos e incentivar a frequência das Academias e nos Apoios ao Estudo oferecidos pela escola;
- Proporcionar o contacto dos formandos com o meio extraescolar, nomeadamente através de visitas de estudo (ligadas inclusivamente a outras áreas do saber e da cultura), aulas exteriores, palestras e Formação em Contexto de Trabalho (estágios);
- Educar para a cidadania, de acordo com os valores da solidariedade, responsabilidade e autonomia, que será transversal ao plano curricular e extracurricular;
- Fomentar a participação em projetos e iniciativas promovidas num contexto de democracia, liberdade e igualdade de oportunidades;
- Diversificar a oferta formativa em cada ano letivo, de acordo com as necessidades da sociedade e os interesses dos potenciais formandos;

- Divulgar a Escola participando em acontecimentos económicos, sociais e culturais, locais e regionais;
- Melhorar as condições humanas e físicas da Escola, otimizando os recursos físicos e técnicos continuando a organizar Ações de Formação Pedagógica de Formadores, bem como organizar cursos com vista à qualificação do pessoal técnico, administrativo e auxiliar;
- Promover o Programa Escola Segura e desenvolver ações especiais de contacto e esclarecimento junto dos formandos, visando promover comportamentos de segurança;
- Diminuir os níveis de insucesso escolar, criando nos formandos competências de estudo e hábitos de trabalho, em espaço de aula;
- Diversificar modalidades de apoio e de complementos educativos, em espaço de aula e na biblioteca/centros de recurso;
- Desenvolver nos formandos uma intervenção mais ativa no seu processo de ensino-aprendizagem, confrontando a teoria com a prática;
- Promover várias fases/épocas para a realização de avaliações extraordinárias e atividades de reposição;
- Promover a interação entre a comunidade escolar e o meio envolvente.

9.3 Redes, parcerias e protocolos

No que diz respeito a redes, parcerias e protocolos, existem atividades de cooperação/projetos conjuntos com instituições a nível local, regional, nacional e internacional.

a) Nível local

1. Comissão Social da Freguesia de Arroios;
2. Rede Social Lisboa;
3. Junta de Freguesia da Estrela;
4. Entidades de FCT.

b) Nível internacional:

1. Programa Erasmus +

   AÇÃO-CHAVE 1 — MOBILIDADE INDIVIDUAL. Visa apoiar a mobilidade de aprendentes e de membros do pessoal: oportunidades oferecidas a estudantes, formandos, jovens e voluntários, assim como a professores, formadores, animadores de juventude, pessoal de instituições de ensino e de organizações da sociedade civil, para participarem numa experiência de aprendizagem e/ou profissional noutro país.

   AÇÃO-CHAVE 2 — COOPERAÇÃO PARA A INOVAÇÃO E O INTERCÂMBIO DE BOAS PRÁTICAS. Visa apoiar Parcerias Estratégicas transnacionais destinadas a desenvolver iniciativas orientadas para um ou mais domínios de educação, da formação e da juventude, e a promover a inovação, o intercâmbio de experiências e saber-fazer entre os diferentes

tipos de organizações envolvidas na educação, formação e juventude ou noutros domínios pertinentes.

9.4 Operacionalização anual do Projeto Educativo

a) Plano Anual de Atividades

O Plano Anual de Atividades (PAA) constitui um dos instrumentos de autonomia, previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de Abril, que aprova o novo regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.

Assim, o Plano Anual de Atividades é um dos "documentos de planeamento, que definem, em função do projeto educativo, os objetivos, a programação das atividades e que procedem à identificação dos recursos necessários à sua execução", que deve ser elaborado anualmente e se assume como um dos instrumentos de gestão e autonomia da escola mais importantes, estando intrinsecamente relacionado com:

- O Projeto Educativo (PE), no qual inspira os seus princípios, valores, metas e estratégias segundo os quais a escola se propõe cumprir a sua função educativa;
- O Regulamento Interno (RI), em termos de organização e funcionamento de todos os órgãos, estruturas e serviços, bem como em relação aos direitos e deveres dos membros da comunidade escolar.

b) Monitorização do PAA

O Plano Anual de Atividades resulta das várias atividades propostas pelo corpo docente, devendo ser aprovado em Conselho Pedagógico e divulgado à comunidade escolar.

Tendo como propósito o seu acompanhamento e monitorização, cada colaborador proponente da atividade realiza um relatório de avaliação da mesma, sendo **este entregue à Direção Pedagógica.** A Direção Pedagógica deve, no final do ano letivo, proceder à elaboração do Relatório Anual de Atividades, onde deve constar um balanço das atividades realizadas, uma apreciação geral dos resultados atingidos, uma perspetiva sobre a continuidade das atividades mais relevantes e uma reflexão crítica a partir da qual se perspetivará o Plano Anual de Atividades seguinte, tendo sempre por base os relatórios individuais de cada atividade.

O Plano Anual de Atividades e o Relatório Anual de Atividades são as duas faces da mesma moeda, ou seja, o planeamento e a monitorização complementam-se, afirmando-se como exigências recíprocas numa gestão escolar eficiente. No Plano Anual de Atividades programam-se as atividades, estipulam-se objetivos, identificam-se recursos, enquanto no Relatório Anual se efetua um balanço, se avaliam resultados e se estrutura informação a fim de se alcançarem melhorias e de modo a promover os reajustamentos necessários em tempo oportuno.

9.5 Organização Pedagógica

a) Processos de Monitorização

A nossa instituição trabalha numa lógica de sistematização do processo de monitorização durante a formação nas diversas componentes (Sociocultural, Científica, Técnica e na Formação em Contexto de Trabalho) e o acompanhamento do percurso dos alunos depois de concluído o curso. Deste modo, apostamos nos seguintes processos de monitorização:

- **Durante a formação:** durante este período, o acompanhamento do aluno é assegurado por uma equipa pedagógica de trabalho composta pela Diretora Pedagógica, Coordenador de Curso, Orientador Educativo de Turma, Corpo Docente, Orientador de Formação em Contexto de Trabalho (FCT), Orientador de Prova de Aptidão Profissional (PAP), Serviço de Psicologia e Orientação e Equipa Psicopedagógica. Todos os elementos são responsáveis pela organização, realização e avaliação do curso, a articulação interdisciplinar e o acompanhamento do percurso formativo dos alunos. Privilegiamos o acompanhamento individualizado, os trabalhos de projeto/investigação, a simulação de situações reais em sala/laboratório, as visitas de estudo, a partilha de experiências com profissionais qualificados e a cooperação direta com o tecido empresarial. Em relação à Formação em Contexto de Trabalho, o acompanhamento assume características e procedimentos próprios, que passam pelas visitas de acompanhamento dos professores orientadores aos locais de estágio, e pela avaliação conjunta realizada com os monitores da empresa.
- **Acompanhamento pós-formação:** Abertas as portas ao primeiro emprego, a escola, através do SPO, oferece aos jovens diplomados um acompanhamento individualizado, visando a procura do 1.º emprego e o seu sucesso na vida profissional. À semelhança do SPOE, também a Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação e Inclusão (EMAEI) faz o acompanhamento do processo de inclusão dos alunos abrangidos pelo DL n.º 54/2018 no contexto profissional, garantindo uma transição para a vida ativa suportada e protegida através da sensibilização dos Departamentos de Recursos Humanos das Empresas e Instituições e/ou dos profissionais responsáveis pela orientação e supervisionamento das suas funções.

b) Organização Curricular e Avaliação

Os planos de estudo dos cursos ministrados na EPAD seguem o plano de estudos aprovado pelo Ministério da Educação que inclui as seguintes componentes:

- Sociocultural;
- Científica;
- Técnica (integrando a Formação em Contexto de Trabalho).

É obrigatória a realização de uma Prova de Aptidão Profissional (PAP) para o ensino profissional. Organização da Formação em Contexto de Trabalho

A Formação em Contexto de Trabalho (FCT) realiza-se em empresas/instituições. Nos Cursos Profissionais decorre no 2.º e no 3.º ano, sendo a FCT regida pelo Regulamento da Formação em Contexto de Trabalho e assente num Protocolo de Cooperação/FCT e um Plano Individual de FCT celebrado entre a EPAD e a empresa/instituição.

A avaliação da FCT é contínua, incidindo sobre as capacidades de adaptação do aluno ao meio profissional e à aplicação de conhecimentos, competências e atitudes desenvolvidos durante o ciclo de formação.

c) Mecanismos de Recuperação

Com o objetivo de fomentar o sucesso escolar dos alunos e suprimir possíveis dificuldades de aprendizagem, a EPAD criou diversos mecanismos que concorrem para este efeito, a saber:

1. O ensino individualizado e dirigido às capacidades, motivação e ritmo próprio de cada aluno com apoios em áreas distintas das diferentes componentes;
2. A exploração das áreas reveladoras de maiores potencialidades por parte do aluno;
3. Acompanhamento no centro de recursos das turmas pelo orientador educativo para apoio ao Plano Individual de Recuperação;
4. As atividades de enriquecimento e utilização das TIC no processo do ensino-aprendizagem;
5. As ações de orientação escolar e profissional e de apoio ao desenvolvimento psicológico individual dos alunos, pelos Serviços de Psicologia e Orientação (SPO);
6. As ações de apoio ao crescimento e desenvolvimento pessoal e social dos alunos, visando igualmente a promoção da saúde e a prevenção de comportamentos de risco;
7. O Apoio Psicopedagógico realizado aos alunos cujo Relatório Técnico-Pedagógico assim o determina.

9.6 Serviços de Apoio Educativo

A EPAD dispõe de uma Equipa Psicopedagógica, onde estão incluídos e em estreita articulação o Serviço de Psicologia Escolar (SPE) e a EMAEI, que disponibiliza as seguintes valências:

Serviço de Psicologia Escolar (SPE):

- Resposta **Psicopedagógica:** acompanhamento ao longo de todo o percurso escolar na superação de dificuldades de aprendizagem, através de estratégias de intervenção adequadas a cada caso; disponibilização de um Programa de Métodos e Técnicas de Estudo.
- **Orientação Escolar e Profissional**: apoio na tomada de decisão na escolha de um Curso do Ensino Superior, com possibilidade de frequentar o Programa de Orientação Escolar e Profissional através de várias sessões com atividades, visitas de estudo, entrevistas com profissionais, testes e entrevista; em caso de opção pela entrada no mercado de trabalho, a Psicóloga acompanha na transição e preparação para a realidade do mercado de trabalho.

O Serviço de Psicologia e Orientação dinamiza formações onde os temas vão ao encontro dos interesses e necessidades dos nossos alunos. O SPO dá ainda apoio a toda a comunidade escolar nos projetos e atividades extracurriculares.

O SPO assegura o apoio ao desenvolvimento do sistema de relações entre a escola e a comunidade, articulando a sua ação com outros serviços especializados, nomeadamente no âmbito da Saúde e da Segurança Social, da Educação, de Formação Profissional, Autarquias, Empresas, entre outros.

Ainda no âmbito dos Serviços de Apoio Educativo, a EPAD disponibiliza aos seus alunos o Centro de Recursos para apoio ao estudo nas diferentes disciplinas e áreas específicas dos diferentes cursos, através de apoios individualizados ao longo de todo o ano letivo, prestados por professores das diversas componentes de formação. Estes apoios passam pela orientação e ajuda na realização de trabalhos, preparação para a recuperação de módulos em atraso, reposição de horas, possibilitando e proporcionando ainda a consulta de bibliografia e diferentes materiais de apoio ao estudo, bem como o acesso a computadores para realização de pesquisas ou realização de trabalhos.

- **EMAEI:**
  - **Sensibilização e capacitação da comunidade educativa quanto à Educação Inclusiva –** como forma de promoção da coesão e igualdade sociais, através de um processo de mudança cultural, organizacional e operacional, em que as condições do processo de ensino/aprendizagem de cada aluno sejam verdadeiramente potenciadas. Pretende-se ajudar os alunos a encontrarem oportunidades para aprender, sendo valorizadas as suas competências individuais em detrimento das dificuldades e partilhar com o corpo docente práticas pedagógicas inclusivas, dotando-o de uma visão pedagogicamente diferenciada e positiva de cada aluno, assim como, da abertura necessária à discussão e implementação da flexibilização dos currículos sempre que necessário**;**
  - **Mobilização e monitorização de Medidas de Suporte à Aprendizagem e Inclusão –** As Medidas de Suporte à Aprendizagem e Inclusão estão organizadas em três níveis que servem o propósito de ir colmatando as necessidades não supridas pelas anteriores e se conseguir, deste modo, ajustar o trabalho que vai sendo desenvolvido em função das melhorias verificadas. A sua finalidade é a de adequar as estratégias pedagógicas às necessidades e potencialidades de cada aluno. A intervenção da EMAEI ganha especial relevo aquando da mobilização dos dois últimos níveis: as Medidas Seletivas e as Adicionais, sempre numa lógica de corresponsabilização e colaboração com os Docentes. Traduzem a garantia do envolvimento dos pais e encarregados de educação, dada a exigência da discussão entre todos: aluno, família e escola.
  - **Apoio Psicopedagógico –** em três vertentes:

- **Sessões de treino e promoção de competências** (previstas nos Relatórios Técnico-Pedagógicos dos alunos ao abrigo do DL n.º 54/2018) e também, após deliberação em CT, momentos de **Intervenção com foco académico ou comportamental em pequenos grupos** e de **promoção do comportamento pró-social** no que aos alunos, sinalizados pelo Conselho de Turma, diz respeito;
- **Complementaridade,** com caráter subsidiário, ao trabalho desenvolvido em aula ou noutros contextos educativos (reforço de algumas aprendizagens);
- Responsabilidade pela promoção e criação de **ambientes de aprendizagem estruturados**.

- **Acompanhamento do Processo de Transição para a Vida Ativa –** relativo aos alunos que apresentam necessidades substanciais de suporte, deve este acompanhamento ser realizado pela EMAEI, em estreita colaboração com os Coordenadores de Curso e as Entidades parceiras da EPAD, não apenas no sentido de apoiar um aluno em final de curso mas, sobretudo, com o propósito de suportar um projeto de vida, um plano profissional, centrado naquele aluno/indivíduo, com capacidades únicas, muito específicas e concretas. Engloba a sensibilização da entidade empregadora e a capacitação do aluno em contexto de trabalho.

10 Divulgação do Projeto Educativo

A divulgação do Projeto Educativo é realizada junto da comunidade escolar e da comunidade educativa através de diversos mecanismos, tais como:

• Realização de reuniões destinadas ao pessoal docente no início do ano letivo;

•Apresentação aos alunos e encarregados de educação pelos orientadores educativos/coordenadores de curso nas reuniões realizadas no início do ano letivo;

• Estratégias de marketing (site da escola; redes sociais), para consulta de toda a comunidade educativa.

Após sua divulgação, o Projeto Educativo também fica disponível para consulta a todos os membros das comunidades escolar e educativa, em formato físico nos Serviços Administrativos.

11 Avaliação do Projeto Educativo

A melhoria da qualidade dos serviços prestados pela EPAD exige uma reflexão sistemática sobre o seu funcionamento, para tal, o Projeto Educativo deve ser avaliado num processo que se constitui não só como um meio de análise e de reflexão sobre a organização da estrutura educativa, como também num processo de promoção de boas práticas pedagógicas, de melhoria de resultados e de constante aperfeiçoamento do serviço. Essas reflexões, juntamente com a avaliação, configuram-se como mecanismos de regulação da ação da escola, que devem permitir aferir não apenas a viabilidade do projeto e os resultados alcançados, mas também a qualidade das estratégias utilizadas para o efeito.

A avaliação do PE visa assim medir o grau de realização das ações, as medidas e as atividades estipuladas no seu plano estratégico com vista ao desenvolvimento da ação educativa à qual se propôs. Assim, esta importante etapa prevista na própria conceção do PE – a da avaliação – assume-se como um instrumento indispensável para o seu aperfeiçoamento e melhoria, permitindo:

- O impacto do projeto educativo na comunidade educativa;
- O grau de consecução dos objetivos e das metas estabelecidas;
- A forma como os restantes documentos estratégicos da escola, como o Plano Anual de Atividades, ou Projeto de Educação para a Cidadania e Desenvolvimento contribuíram para concretizar as metas inscritas no projeto educativo;
- Os obstáculos à sua concretização para que se possam delinear estratégias de superação;
- Reconhecer os pontos fortes e os pontos fracos do Projeto Educativo;
- Rever estratégias e metodologias de trabalho;
- Perspetivar a regulação da ação educativa.

Face ao exposto, deve ser efetuada a supervisão e a avaliação a fim de garantir o cumprimento das medidas preconizadas e alcançar conformidade com o plano estratégico de atuação da ação educativa.

Com o propósito de medir/quantificar o nível de satisfação das metas do Projeto Educativo, a sua avaliação é realizada por um processo sistemático e contínuo ao longo do ano/curso, mediante a aplicação de questionários *(inquéritos aos diferentes membros da comunidade escolar)*, pela recolha de informação referente aos níveis de satisfação dos intervenientes no sistema, e pelo estudo de parâmetros que permitam aferir o cumprimento das estratégias e o alcance dos objetivos delineados.

Da análise de toda esta informação, resulta a elaboração de relatórios plurianuais pela Direção Pedagógica que são divulgados e alvo de uma reflexão crítica por parte de todos os agentes da comunidade educativa.

A aprovação, acompanhamento e avaliação do Projeto Educativo são da competência da Direção Pedagógica, sendo que a mesma é apoiada pela equipa multidisciplinar designada para o efeito, a quem cabe desencadear os processos de autoavaliação e aplicar os instrumentos adequados à sua consecução.

12 Disposições Finais

Assim, podemos afirmar que o presente Projeto Educativo foi elaborado na base no otimismo escolar no que se prende com a participação e diálogo de todos os agentes da comunidade educativa.

O Projeto Educativo foi elaborado com base na legislação em vigor, sendo aprovado pelo Conselho Pedagógico, Direção Pedagógica e Executiva da escola, para um período de 3 anos (2025-2028) e aberto à reformulação e revisão, sempre que seja necessário. Será divulgado por todos os agentes da comunidade escolar.